

Artigos originais

A Discriminação No Ambiente Universitário: Quem, Onde E Por Quê?

Discrimination At The University: Who, Where And Why?

Luíza Maria da Rocha Zunino¹
João Luiz Dornelles Bastos¹
Isabela Zeni Coelho²
Fernando Mendes Massignam¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis- SC

Resumo: Investigou-se uma amostra de 1.023 graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina, analisando-se aspectos relativos à discriminação, conforme curso, idade, sexo, cor/raça, posição socioeconômica e acesso por ações afirmativas. A frequência de discriminação foi de 65,8%, sendo mais elevada nos estudantes de História, Pedagogia e Psicologia. Indivíduos mais velhos, mulheres, de pior posição socioeconômica, pretos e pardos e ingressantes por ações afirmativas relataram frequências mais altas de experiências discriminatórias. As situações de discriminação mais comuns foram rotulação com termos pejorativos, exclusão por colegas, tratamento inferior em estabelecimentos comerciais e ser considerado incapaz na escola ou universidade. Os motivos mais relatados foram tipo de comportamento ou hábito, idade e forma de vestir, observando-se menção de múltiplas razões por parte expressiva dos entrevistados.

Palavras-chave: discriminação; estudantes universitários; inquérito; frequência.

Abstract: A representative sample of 1,023 undergraduate students from the Federal University of Santa Catarina (Brazil) was investigated with regard to discriminatory experiences in relation to: course, age, gender, color/race, socioeconomic position and access to the institution through affirmative action. Experiences of discrimination reached 65.8% of the sample, being higher in History, Pedagogy and Psychology students, among older respondents, women, those of lower socioeconomic position, blacks/browns and those who accessed the university through affirmative action. To be labelled with pejorative terms, to be excluded by school/university peers, to be treated in an inferior manner in shops and to be deemed unable to perform activities at school or university were more likely to be reported. The reasons for discrimination were type of behavior or habit, age and the way one dresses, with an expressive proportion of students reporting different reasons simultaneously.

Keywords: discrimination, undergraduate students, survey, frequency.

1. Introdução

As definições mais atuais de discriminação interpessoal, especialmente no campo da psicologia social estadunidense, enfatizam, de forma geral, sua manifestação por meio de ações ou comportamentos específicos. Dovidio *et al.*¹ argumentam que a discriminação abrange tanto comportamentos que prejudicam ou trazem desvantagem para membros de determinadas categorias sociais, quanto aqueles que favorecem de forma injusta o grupo dos próprios perpetradores de discriminação. Dessa forma, os referidos autores conceituam a discriminação como um conjunto de comportamentos que "cria, mantém ou reforça uma condição de vantagem de um grupo e seus membros em relação a outros" (p.10). Complementando essa definição, Correl *et al.*² ressaltam que um comportamento ou tratamento injusto é caracterizado como discriminatório, quando este é motivado pelo simples pertencimento da vítima a um determinado grupo social, e não por um suposto merecimento ou reciprocidade.

Como fenômeno de interesse científico e social, a discriminação tem sido definida e estudada de formas distintas ao longo do tempo. O conceito de discriminação se tornou objeto de estudo nas ciências sociais e humanas somente a partir do início do século XX, pois, até este período, não era considerado um problema social e de investigação científica, mas um aspecto naturalizado das relações humanas, dada a expressiva credibilidade que a noção biodeterminista de raça apresentava na época³. Duckitt³ faz uma leitura histórica, dividindo em períodos o foco das pesquisas e as visões sobre o conceito de discriminação e fenômenos correlatos: os anos 1920 foram marcados pela descrição e primeiras iniciativas de mensuração do preconceito racial; de 1930 a 1940, os estudos explicaram o preconceito e a discriminação a partir de processos psicodinâmicos, tidos como inerentes aos seres humanos; em 1950, persistiu uma abordagem psicodinâmica sobre os fenômenos, mas, ao contrário da perspectiva universalista anterior, esta se voltou para as diferenças individuais, reconhecendo o preconceito e a discriminação como distúrbios da personalidade; nos anos 1960 e 1970, as explicações para a origem do preconceito e da discriminação envolveram fatores sociais e culturais, como as relações de poder e a estrutura social; nos anos 1980 e 1990, os trabalhos foram marcados pelas perspectivas cognitiva, social e motivacional, com um enfoque direcionado para as relações entre grupos; por fim, a partir dos anos 2000, estudiosos têm concebido a discriminação como um fenômeno “complexo, multifacetado, primordialmente afetivo, motivacional e baseado em convicções ideológicas, sendo fortemente influenciado tanto por diferenças individuais quanto por relações sociais e de poder entre grupos, particularmente, envolvendo ameaça, concorrência e desigualdade”¹.

Especificamente no Brasil, a discriminação teve a escravidão como marca, desde o início da história do país. As relações que se estabeleceram desde o Brasil colonial foram caracterizadas por violência explícita contra os negros e indígenas, entre outras categorias sociais. Atualmente, pretos e pardos (utilizando a terminologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além de outros grupos sociais como os indígenas, concentram-se em posições desprivilegiadas da estratificação social do país, o que tem sido interpretado por alguns estudiosos como um dos reflexos da discriminação, em suas variadas formas de manifestação.

Com efeito, as interpretações sobre como a discriminação (racial) se manifesta no Brasil são múltiplas e complexas⁴, e um tratamento detalhado deste assunto está além do escopo do presente trabalho. Sinteticamente, é possível argumentar que a discriminação se manifesta no Brasil, porém, comumente de forma sutil. Esta forma de manifestação estaria embasada, também, na miscigenação, no sincretismo, na permeabilidade, na relatividade e na ambiguidade, que são marcas das relações raciais⁵⁻¹⁰ e sociais do país. A relatividade e a ambiguidade se dariam através do olhar mutável para a diferença, dependendo do contexto em questão. Conforme constata Sansone^{9, 10}, nas chamadas “áreas duras” a diferença seria mais acentuada, configurando-se como espaços onde haveria disputa de poder como, por exemplo, o mercado de trabalho, as interações com a polícia e o mercado matrimonial. Por outro lado, haveria também as “áreas moles”, nas quais ser, por exemplo, negro não seria obstáculo e poderia até representar uma vantagem, incluindo, por exemplo, os espaços de lazer, religiosos e ditos como de “cultura negra”.

Tendo em vista a compreensão da discriminação como fenômeno potencialmente motivado por múltiplas características identitárias ou pertença a um ou mais grupos sociais, o conceito de interseccionalidade se torna relevante para entender suas dinâmicas^{11, 12}. A intersecção entre diferentes tipos de discriminação se daria a partir de fatores relacionados “a identidades sociais”, tais como classe social, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual. Estas diferentes identidades interfeririam tanto no aumento de possibilidade de haver discriminação, quanto na intensidade desta, que pode incluir todas essas dimensões simultaneamente. Diante dessa multiplicidade, sutileza e ambiguidade, avaliar empiricamente a discriminação no Brasil se revela como um exercício acadêmico complexo e controverso.

Pesquisadores dedicados ao assunto têm empregado diversos métodos para avaliar a ocorrência, os antecedentes e as consequências da discriminação: “estudos de percepção, sondagem de atitudes, análises estatísticas, experimentos de laboratório e

experimentos de campo"¹³. Cada um destes métodos tem limitações e vantagens, cabendo ao pesquisador examinar qual abordagem é mais apropriada às questões da pesquisa por ele formuladas. Em se tratando de questionários para avaliar experiências de discriminação racial, Bastos; Celeste *et al.*^{14, 15}, em revisão sistemática de literatura, observaram a existência de 24 instrumentos disponíveis, sendo 23 com origem nos Estados Unidos e um, na Austrália. A partir disto, Bastos; Celeste *et al.*¹⁶ desenvolveram um instrumento para avaliação das experiências discriminatórias, não necessária ou exclusivamente motivadas por ideias racistas, no Brasil.

Estudos publicados na literatura se propuseram a estimar a frequência de discriminação de diversos tipos. Entre os trabalhos revisados, que avaliaram a frequência deste fenômeno em diversos grupos sociais, a maior parte teve origem nos Estados Unidos¹⁷⁻²⁶ e os demais, nos seguintes países: Austrália²⁷, China²⁸, Espanha²⁹ e Brasil^{16, 30-32}.

Apesar da dificuldade de comparação de seus resultados, por abrangerem populações e utilizarem instrumentos distintos, as frequências de discriminação relatadas nestes estudos variaram de 5% em homens espanhóis maiores de 16 anos²⁹ a 88% em crianças de 8 a 16 anos, não-brancas e pobres da cidade de Hartford, nos Estados Unidos²⁰, bem como em mulheres negras da cidade de Washington, no mesmo país²⁶. Visto que há somente quatro publicações com esta abordagem no Brasil, incluindo adolescentes de uma cidade do Sul do país³¹, população adulta da Região Metropolitana de Belo Horizonte³², estudantes de graduação¹⁶ e servidores técnico-administrativos de instituição de ensino superior da cidade do Rio de Janeiro³⁰, torna-se relevante conduzir outras pesquisas sobre o assunto.

Partindo do pressuposto de que a universidade pública é uma instituição social que, segundo Chauí³³, revela o modo de funcionamento da sociedade como um todo, o estudo sobre discriminação dentro deste contexto educacional torna-se importante e, até mesmo, necessário. A universidade é, igualmente, um ambiente de formação, onde deveriam ser trazidas à tona questões do passado, que se misturam com o presente, estimulando a crítica, a reflexão e a mudança daquilo que é social e culturalmente instituído. Assim, é preciso investigar alguns aspectos deste contexto e evidenciar no ambiente institucional algumas questões que, até então, são pouco conhecidas e estudadas sob uma perspectiva quantitativa no Brasil, como é o caso da discriminação.

Considerando estes aspectos, algumas universidades públicas têm recentemente demonstrado preocupação quanto a essa questão. Particularmente, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), adicionou, a partir de 2003, no questionário socioeconômico do vestibular e na atualização cadastral das matrículas de graduação o quesito cor ou raça, por meio de autodeclaração, tornando possível verificar a composição de cor ou raça dos candidatos, ingressantes e alunos de cada curso. Tragtenberg; Bastos *et al.*³⁴ verificaram que o percentual de pretos e pardos que ingressaram na UFSC em 2004 foi de 6%, sendo que, em um cenário hipotético de maior diversidade, o esperado seria de 15%. Diante da possibilidade de demonstrar e combater a desigualdade existente nos ingressantes da UFSC, tanto socioeconomicamente quanto do ponto de vista racial, foi criado o Programa de Ações Afirmativas, através da resolução normativa 008/CUN/2007 de 10/07/2007. A criação do programa visou contemplar o objetivo da Comissão para Ampliação do Acesso com Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial da UFSC de "construir uma proposta que inscreva a universidade numa agenda contemporânea de valorização e promoção da diversidade, seja no ambiente acadêmico, seja no âmbito social mais geral"³⁵.

Nesse sentido, avaliar a discriminação, sobretudo em estudantes universitários, consiste em uma atividade importante para conhecer o fenômeno dentro da instituição, entender como e por quem é mais relatado, examinando a maneira e a intensidade com que subjaz padrões de desigualdades sociais. O conhecimento aprofundado do fenômeno pode contribuir para a criação e avaliação de estratégias de intervenção e políticas para combater a discriminação e, assim, contribuir na redução das desigualdades sociais.

2. Objetivos

A presente pesquisa teve como objetivo responder as seguintes perguntas:

- a) Com que frequência a discriminação é relatada pelos estudantes da UFSC?
 - i. Quais grupos, caracterizados segundo curso de graduação, idade, sexo, cor ou raça, posição socioeconômica e acesso à instituição por ações afirmativas, relatam experiências discriminatórias com mais frequência?
- b) Em geral, qual o grau de incômodo relacionado com as experiências discriminatórias investigadas?
- c) Em que contextos de vida e interações sociais as experiências de discriminação são mais frequentemente relatadas?
 - i. Grupos específicos de estudantes, de acordo com ingresso na instituição por políticas de ações afirmativas, posição socioeconômica e cor ou raça, relatam mais discriminação em determinados contextos do que seus pares?
- d) Quais motivos os participantes atribuem às suas experiências de discriminação?
 - i. Estes motivos variam, conforme ingresso na instituição por políticas de ações afirmativas, posição socioeconômica e cor ou raça?
 - ii. Há alguma relação entre os motivos apontados para as experiências discriminatórias?

3. Métodos

A população selecionada para a presente investigação está representada na totalidade dos graduandos regularmente matriculados na UFSC, campus João David Ferreira Lima, no primeiro semestre de 2012. Na amostra, não foram incluídos estudantes vinculados a cursos mais recentes da instituição, que não haviam integralizado todas as turmas do currículo à época do trabalho de campo. Para o cálculo do tamanho da amostra, foram consideradas informações sobre a associação entre experiências discriminatórias e autoavaliação de saúde geral, tendo em vista que o exame desta relação demandou o maior tamanho amostral dentre todas as outras relações possíveis de investigação pela pesquisa. Foi tomada como referência a prevalência de saúde geral autorreferida como muito ruim no grupo não discriminado de 4,5%, prevalência de saúde geral autorreferida como muito ruim no grupo discriminado de 13,7%, prevalência global de discriminação na população de 73,0%, erro β de 0,05 e erro α de 0,01, conforme dados de estudo semelhante conduzido no Rio de Janeiro, no ano de 2010¹⁶. Este cálculo resultou em 959 indivíduos, o qual foi inflacionado para 1.341, após correção pelo efeito de delineamento de 1,58¹⁶ e acréscimo de 10% para perdas/recusas.

Os participantes foram selecionados de um universo de 19.963 estudantes matriculados no primeiro semestre de 2012 na UFSC, por meio de procedimento de amostragem complexo, em duplo estágio. No primeiro estágio, foram selecionados os cursos de graduação, com partilha proporcional ao tamanho. Em seguida, os estudantes foram selecionados conforme estratos previamente definidos, a saber: o de discentes de primeira fase, daqueles matriculados no semestre médio e dos formandos, da última fase. Considerando-se que existia uma média de 89 alunos por curso nos três estratos previamente definidos, foi necessária uma amostra de 15 cursos para atingir a meta amostral de 1.341 participantes. Tendo em vista que três cursos foram sorteados duas vezes, os seguintes 12 cursos foram selecionados: Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e Ambiental, História, Pedagogia, Psicologia, Odontologia, Medicina e Sistemas de Informação.

Todas as informações foram produzidas por meio da aplicação de um questionário autoperenchível, contendo diferentes blocos temáticos, entre os quais os de discriminação, de características socioeconômicas e demográficas e de acesso à universidade por meio de ações afirmativas. O instrumento utilizado para avaliar a ocorrência de discriminação foi a *Escala de Discriminação Explícita* (Tabela 1) elaborada por Bastos; Celeste *et al.*¹⁶, que enfatiza experiências de discriminação explícita em contextos de pesquisa brasileiros. Este

instrumento é autopreenchível e contém 18 situações específicas, descritas abaixo, através das quais os respondentes são questionados quanto ao tratamento diferencial que eventualmente receberam em diferentes situações ou domínios de vida, o grau de desconforto gerado por esses tratamentos e, ainda, sua interpretação (ou não) como eventos discriminatórios. No instrumento, são igualmente questionadas as possíveis motivações para os tratamentos diferenciais, incluindo classe social, modo de vestir, cor ou raça, orientação política, entre outras.

Tabela 1. Escala de Discriminação Explícita (EDE).

Item	Situação específica de tratamento diferencial
1	Você já foi confundido com um funcionário de um estabelecimento, quando, na verdade, você era um cliente? Por exemplo, confundido com um vendedor, balconista ou garçom?
2	Ao frequentar lojas, restaurantes ou lanchonetes, você já foi tratado de maneira inferior em relação a outros clientes?
3	Ao frequentar repartições públicas, como receita federal, cartório, departamentos de trânsito, companhias de água, luz, esgoto ou outras, você já foi tratado de maneira inferior em relação às outras pessoas lá presentes?
4	Você já foi vigiado, perseguido ou detido por seguranças ou policiais sem que tenha dado motivos para isso? Pense que isso pode ter acontecido em lojas, bancos, na rua, festas, locais públicos, entre outros.
5	Você já foi agredido fisicamente por policiais, seguranças, desconhecidos ou até por conhecidos, sem que tenha dado motivos para isso?
6	Você já foi tratado como se fosse pouco inteligente ou incapaz de realizar alguma atividade curricular na escola ou na universidade? Considere situações atuais (universidade) e passadas (escola) nas quais você foi tratado assim por professores ou colegas, mesmo achando que tinha todas as condições de realizar as atividades.
7	Você já foi tratado como se fosse pouco inteligente ou incapaz de realizar alguma atividade no trabalho ou no estágio profissional? Considere as situações em que você foi tratado assim por alguém da sua equipe ou algum cliente, mesmo achando que tinha todas as condições de realizar as atividades.
8	Você já foi avaliado em provas ou outros trabalhos acadêmicos da escola ou da universidade de forma diferente, negativamente injusta em relação a seus colegas?
9	Você já foi avaliado de forma diferente, negativamente injusta em relação a seus colegas em algum estágio ou trabalho profissional?
10	Ao tentar ficar ou namorar com alguém, você já foi tratado com desprezo pela outra pessoa, sem ter dado motivos para isso? Considere apenas as situações em que você foi tratado pior em relação aos outros que também tentaram ficar ou namorar com esta ou estas pessoas.
11	A família de alguma pessoa com quem você se relacionou afetivamente, ficou, namorou ou casou rejeitou você ou tentou impedir sua relação com ele(a)?
12	Você já foi tratado de modo inferior por algum de seus pais, tios, primos ou avós em relação aos outros familiares?
13	Você já foi chamado por nomes, palavras das quais não gostou ou termos pejorativos? Pense que isto pode ter acontecido em ruas, ônibus, shoppings, bancos, lojas, festas, escola, local de trabalho ou outros locais públicos.
14	Você já foi excluído ou deixado de lado por um grupo de colegas da escola ou da universidade? Pense que isto pode ter acontecido recentemente (universidade) ou no passado (escola), durante a prática de esportes, aulas, realização de trabalhos em grupo, festas, reuniões importantes ou outros encontros com os colegas.
15	Você já foi excluído ou deixado de lado por um grupo de colegas de estágio ou trabalho? Pense que isto pode ter acontecido durante a realização de trabalhos em equipe, reuniões de trabalho, congressos, eventos ou festas e reuniões informais.
16	Você já foi excluído ou deixado de lado por um grupo de amigos do bairro, de pessoas de sua vizinhança ou de seu condomínio? Pense que isto pode ter acontecido em encontros da vizinhança, reuniões de condomínio, festas e outras datas de comemorações.
17	Você já participou de um processo seletivo para conseguir emprego ou estágio e foi recusado, mesmo tendo os melhores pré-requisitos dentre todos os candidatos?
18	Ao frequentar postos de saúde, hospitais, prontos-socorros ou outros serviços de saúde, você já foi tratado de maneira inferior em relação às outras pessoas lá presentes?

Além dos itens sobre discriminação, os respondentes foram questionados quanto à/ao: posição socioeconômica (baseada no Indicador Econômico Nacional³⁶); idade (em anos completos e posteriormente categorizada em estratos de 16-18, 19-20 e 21-52 anos); sexo (masculino ou feminino); autodeclaração de cor ou raça (baseada nas categorias branca, parda, preta, amarela ou indígena); curso de graduação (os 12 cursos supracitados); e admissão à universidade pelo sistema de ações afirmativas (sim ou não, sem especificar o tipo – escola pública e/ou pardos e pretos).

Todos os questionários foram aplicados em sala de aula, sendo que o preenchimento levou, em média, 20 minutos. Os questionários preenchidos foram minuciosamente revisados e seus dados, digitados duplamente, com checagem automática de consistência e amplitude, através do programa EpiData Entry, versão 3.1. Foram estimadas as frequências relativa e

absoluta da amostra investigada, conforme suas características socioeconômicas, demográficas, curso de origem e forma de ingresso na instituição. Calculou-se a frequência de discriminação e seus respectivos intervalos de confiança de 95%, segundo as mesmas características. Foram considerados discriminados os participantes que relataram tratamento diferencial em, pelo menos, uma das 18 situações abordadas, sendo que o mesmo deveria ter considerado que tal tratamento foi discriminatório, segundo o subitem correspondente do instrumento.

Em seguida, a frequência relativa de respostas positivas a cada um dos 18 itens sobre experiências discriminatórias e de suas motivações citadas foi estimada, conforme acesso à instituição por ações afirmativas, posição socioeconômica e cor ou raça. O grau de incômodo (nenhum, pouco, razoavelmente e muito) relatado para cada uma das 18 situações de tratamento discriminatório foi igualmente estimado para toda a amostra. Finalmente, foi calculada uma matriz de correlação de Spearman da contagem (variando de 0 a 18) das motivações apontadas para as experiências discriminatórias em cada um dos itens. Foram retirados das análises os autoclassificados amarelos e indígenas por constituírem apenas cinco e dois estudantes, respectivamente.

A significância estatística de todas as diferenças observadas foi avaliada por meio da sobreposição de intervalos de confiança de 95% e de acordo com o teste de Qui-quadrado (Rao-Scott), ajustado para os pesos e a estrutura amostral, considerando-se valores menores do que 5% como estatisticamente significativos. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, parecer 459.965. Os estudantes assinaram previamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foi mantido o anonimato dos participantes e sigilo dos dados ao longo de todo o processo de pesquisa e divulgação de seus resultados.

4. Resultados

Participaram do estudo 1.023 estudantes – taxa de resposta de 81,0%. O curso com maior número de respondentes foi o de Ciências Contábeis, seguido pelo de Medicina e o de Odontologia (Tabela 2). A amostra foi composta por relativamente mais homens do que mulheres. Pouco mais de dois quintos dos respondentes tinham até 20 anos de idade, cerca de 84,4% declararam-se brancos e cerca de 22,6% ingressaram na UFSC, através do sistema de ações afirmativas. A seguir são apresentadas subseções, que procuram responder cada uma das perguntas enunciadas na introdução desse trabalho.

Tabela 2. Distribuição da amostra e frequência de discriminação conforme características dos participantes. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

Característica	Distribuição da amostra		Frequência de discriminação relatada	
	N	% ^a	% ^a	IC95% ^b
Curso				
Ciências Contábeis	133	10,2	59,3	51,0; 67,7
Direito	89	9,2	62,0	51,5; 72,6
Engenharia Elétrica	94	7,3	61,4	51,5; 71,3
Engenharia Mecânica	69	4,7	47,9	36,0; 59,7
Engenharia Química	65	10,1	53,2	40,9; 65,5
Engenharia Sanitária e Ambiental	79	7,1	53,9	42,8; 65,0
História	82	18,2	80,3	71,6; 89,0
Medicina	116	8,0	67,4	58,9; 76,0
Odontologia	103	7,4	62,8	53,4; 72,2
Pedagogia	40	4,0	79,5	66,6; 92,4
Psicologia	81	8,3	78,8	69,7; 87,9
Sistemas de Informação	72	5,5	68,5	57,5; 79,4
Idade^c				
16-19	307	29,6	58,6	50,4; 66,3
20-22	352	36,0	66,6	59,1; 73,3
23-27	263	26,4	72,0	61,3; 80,7
28-52	75	8,0	74,5	59,7; 85,2
Sexo^c				
Masculino	553	55,7	63,2	52,7; 72,6
Feminino	455	44,3	69,3	62,4; 75,5
Cor ou raça^c				
Branca	827	84,4	62,1	53,5; 70,0

Característica	Distribuição da amostra		Frequência de discriminação relatada	
	N	% ^a	% ^a	IC95% ^b
Parda	101	10,7	80,5	64,3; 90,4
Preta	51	4,9	95,5	87,7; 98,4
Posição socioeconômica (quintis)^c				
1º (mais pobre)	202	22,0	72,8	64,3; 80,0
2º	201	21,1	67,5	58,4; 75,6
3º	196	20,4	68,7	55,4; 79,5
4º	193	18,5	60,6	53,6; 67,0
5º (mais rico)	190	18,0	55,0	46,5; 63,2
Acesso por ação afirmativa^c				
Sim	214	22,6	77,1	65,0; 85,9
Não	793	77,4	62,6	55,7; 68,9
Total	1023	100,0	65,8	57,4; 73,4

^a Valor corrigido pelo delineamento e pelos pesos amostrais.

^b IC95% – intervalo de confiança de 95%.

^c Estas variáveis apresentaram entre 16 e 41 observações ignoradas.

a) Com que frequência a discriminação é relatada pelos estudantes da UFSC?

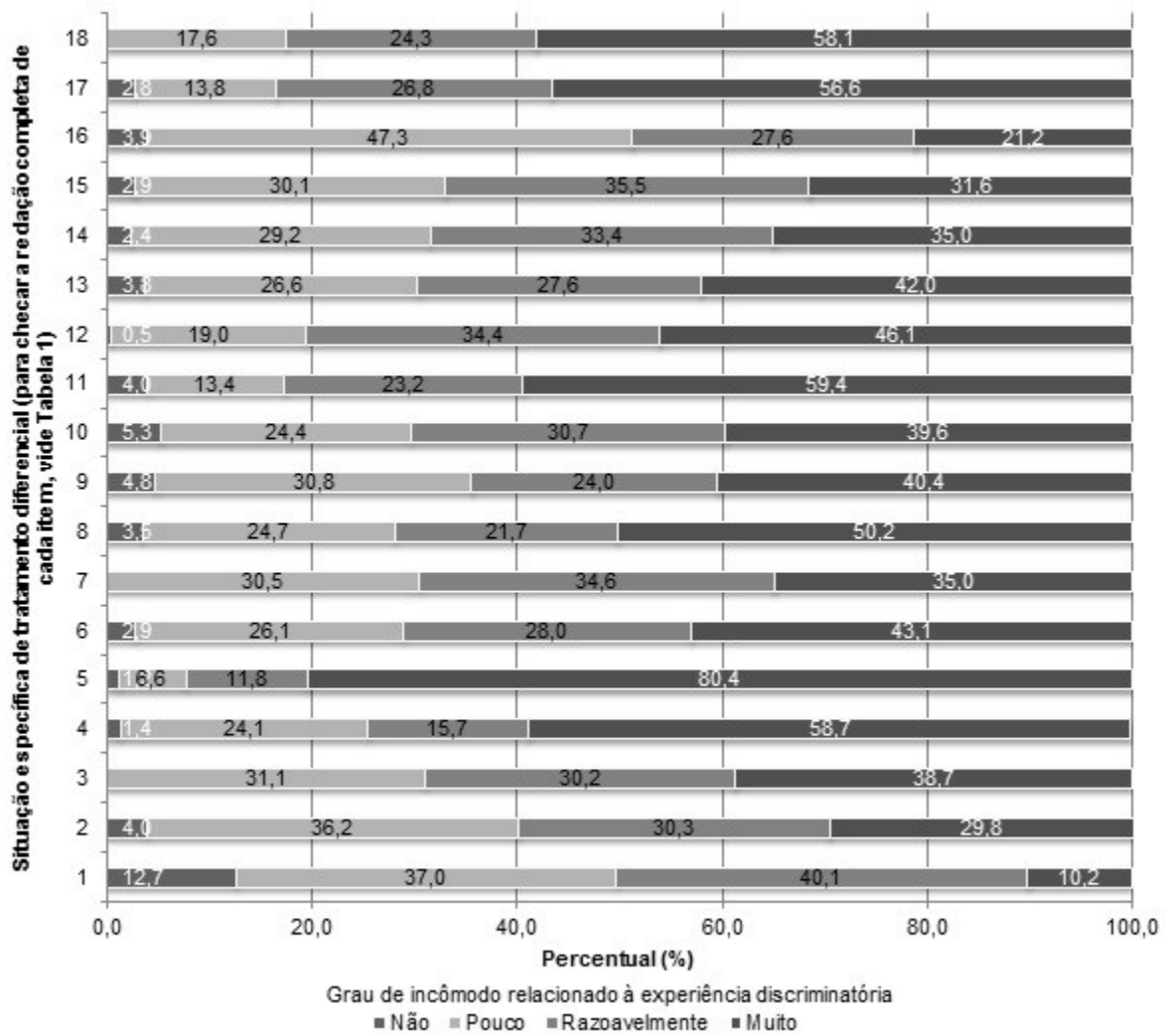
A frequência global de discriminação relatada foi de 65,8% (IC95% 57,4; 73,4), sendo que 14,8%, 12,6%, 7,6%, 7,0% e 23,8% relataram uma, duas, três, quatro e cinco ou mais experiências discriminatórias das 18 avaliadas, respectivamente.

a.i) Quais grupos, caracterizados segundo curso de graduação, idade, sexo, cor ou raça, posição socioeconômica e acesso à instituição por ações afirmativas, relatam experiências discriminatórias com mais frequência?

Conforme demonstra a Tabela 2, o curso que apresentou maior frequência de discriminação foi o de História, seguido pelo de Pedagogia e Psicologia. Observa-se que a frequência de discriminação relatada nos três cursos mencionados foi estatisticamente mais elevada do que aquela observada nos estudantes de Engenharia Mecânica. Pode-se observar que a frequência de discriminação aumentou com o avançar da idade dos entrevistados, sendo mais alta entre aqueles de 28-52 anos. Por sua vez, também foi observado que respondentes do sexo feminino relataram mais discriminação. Aproximadamente 95,5% e 80,5% dos estudantes autotclassificados pretos e pardos, respectivamente, relataram discriminação. Estudantes que ingressaram na universidade através do sistema de ações afirmativas apresentaram frequência de discriminação 15 pontos percentuais maior do que aquele observado entre os estudantes que ingressaram na instituição por meio do sistema tradicional de seleção. Estudantes do quintil menos abastado relataram frequência mais elevada de discriminação.

b) Em geral, qual o grau de incômodo relacionado com as experiências discriminatórias investigadas?

Figura 1. Grau de incômodo relacionado com as experiências discriminatórias, em 18 situações específicas de tratamento diferencial, de acordo com a *Escala de Discriminação Explícita (EDE)*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.



Pelo menos, 10,2% dos respondentes classificaram suas experiências discriminatórias como muito incômodas (Figura 1). Especificamente, os itens 4 (ser vigiado, perseguido ou detido por seguranças ou policiais), 5 (ser agredido fisicamente por policiais ou seguranças), 8 (ser avaliado em provas/trabalhos da escola ou da universidade de forma injusta), 11 (ser tratado de modo discriminatório por familiares de alguém com quem se relacionou afetiva ou sexualmente), 17 (ser discriminado no contexto de procura por estágio ou emprego) e 18 (ser discriminado no âmbito de serviços de saúde) apresentaram frequência de incômodo considerado muito intenso em 50% ou mais dos casos.

c) Em que contextos de vida e interações sociais as experiências de discriminação são mais frequentemente relatadas?

O item de discriminação mais frequentemente positivado foi o de número 13, que trata da rotulação com palavras ou termos pejorativos, seguido pelo de número 14, o qual aborda a exclusão por parte de um grupo de colegas da escola ou da universidade. Em seguida, observam-se os itens 2, referente ao tratamento inferior em lojas e restaurantes; 6, que se refere a ser tratado como pouco inteligente ou incapaz de realizar alguma atividade na escola ou na universidade; e o de número 12, o qual aborda o tratamento inferior por parte de membros da família do próprio respondente.

c.i) Grupos específicos de estudantes, de acordo com ingresso na instituição por políticas de ações afirmativas, posição socioeconômica e cor ou raça, relatam mais discriminação em determinados contextos do que seus pares?

Os resultados da Tabela 3 apontam diferenças entre os ingressantes por ações afirmativas e aqueles do sistema tradicional de seleção, sendo a discriminação mais relatada pelos primeiros em todos os itens, com exceção do de número 3 (ao frequentar repartições públicas) e 8 (ter sido avaliado de forma diferente em provas ou outros trabalhos acadêmicos da escola ou universidade). Os ingressantes por ações afirmativas relataram mais discriminação em lojas, restaurantes ou lanchonetes (item 2), no ambiente educacional e de trabalho (item 6), ao serem chamados por nomes ou termos pejorativos (item 13), quando excluídos ou deixados de lado por um grupo de colegas da escola ou universidade (item 14).

Por sua vez, a frequência de discriminação para cada um dos 18 itens esteve, de modo geral, inversamente relacionada com a posição socioeconômica. Autoclassificados pretos relataram mais discriminação em lojas e restaurantes (itens 1 e 2), por policiais (item 4), no âmbito educacional (item 6), pelos familiares de alguém com quem se relacionaram sexual ou afetivamente (item 11), pelo uso de termos pejorativos (item 13) e ao serem deixados de lado por um grupo de colegas da escola ou universidade (item 14), quando comparados com brancos e, em algumas situações, pardos. Os autodeclarados pardos relataram ter sofrido mais discriminação pelo uso de termos pejorativos (item 13), em lojas e restaurantes (item 2) e na universidade ou escola (item 14).

Tabela 3. Frequência relativa de experiências discriminatórias, conforme situação específica de tratamento diferencial da Escala de Discriminação Explícita (EDE), de acordo com características socioeconômicas, demográficas e de acesso à instituição. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

Situação específica de tratamento diferencial ^a	Ações afirmativas		Posição socioeconômica					Cor ou raça		
	Cotas	Seleção tradicional	1º quintil	2	3	4	5º quintil	Branca	Parda	Preta
1. Você já foi confundido com um funcionário...	11,4	3,5 ^d	8,0	6,5	2,0	4,2	3,5	2,6	12,0	34,8 ^d
2. Ao frequentar lojas, restaurantes ou lanchonetes...	26,9	22,6 ^d	20,8	27,3	29,3	19,1	18,9	21,2	30,9	46,0 ^d
3. Ao frequentar repartições públicas...	4,2	6,9	4,7	8,8	6,3	5,1	4,2	6,0	4,2	11,9
4. Você já foi vigiado, perseguido ou detido...	16,6	9,0 ^d	16,1	14,9	7,7	8,0	4,0 ^d	7,3	25,6	39,0 ^d
5. Você já foi agredido fisicamente por policiais...	6,0	4,0	3,6	8,5	4,9	1,9	2,2 ^d	3,9	9,6	8,0
6. Você já foi tratado como se fosse pouco inteligente (escola ou universidade)...	26,4	18,8 ^d	22,3	22,9	23,1	18,1	15,7	18,8	21,2	45,3 ^d
7. Você já foi tratado como se fosse pouco inteligente (estágio ou trabalho)...	15,2	8,5 ^d	13,0	13,5	9,4	5,9	4,1 ^d	9,1	10,8	22,4 ^d
8. Você já foi avaliado em provas ou outros trabalhos (escola ou universidade)...	10,9	11,6	12,7	11,7	11,5	10,5	11,7	10,5	18,5	11,7
9. Você já foi avaliado de forma diferente (estágio ou trabalho)...	5,4	4,7	6,1	4,4	4,8	3,0	4,2	4,4	8,1	5,0
10. Ao tentar ficar ou namorar com alguém...	13,5	12,6	14,0	12,9	13,1	13,9	8,2	11,9	18,1	18,0
11. A família de alguma pessoa com quem você se relacionou...	14,4	7,5 ^d	12,0	12,0	10,7	5,9	3,3 ^d	7,4	11,6	23,7 ^d
12. Você já foi tratado de modo inferior por algum de seus pais...	21,6	13,0 ^d	14,9	17,0	18,0	13,4	8,1	14,2	21,7	14,4
13. Você já foi chamado por nomes, palavras das quais não gostou...	42,6	30,4 ^d	40,2	33,5	36,8	28,9	21,9	30,4	39,3	64,1 ^d
14. Você já foi excluído ou deixado de lado por um grupo de colegas da escola ou da universidade...	27,4	26,9	26,9	25,2	27,7	27,5	25,5	25,4	28,1	44,6 ^d
15. Você já foi excluído ou deixado de lado por um grupo de colegas de estágio ou trabalho...	5,3	4,1	4,9	7,9	6,6	0,9	0,0 ^d	3,6	4,8	13,2
16. Você já foi excluído ou deixado de lado por um grupo de amigos do bairro...	10,6	8,2	9,2	7,8	12,6	6,3	6,7	8,6	9,8	10,4
17. Você já participou de um processo seletivo para conseguir emprego ou estágio...	9,6	5,5 ^d	12,4	7,0	6,3	3,8	2,1 ^d	4,9	13,5	16,2 ^d
18. Ao frequentar postos de saúde, hospitais...	15,3	5,6 ^d	11,4	10,8	5,6	5,3	3,0	7,2	7,9	20,4

^a Itens do instrumento de discriminação – para checar a redação completa de cada item, vide Tabela 1.

^b Valor corrigido pelo delineamento e pelos pesos amostrais.

^c IC95% – intervalo de confiança de 95%.

^d Diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) entre, pelo menos, duas categorias das variáveis analisadas.

d) Quais motivos os participantes atribuem às suas experiências de discriminação?

Os motivos mais frequentemente relatados para as experiências discriminatórias, com valores que variaram de 17,9% a 33,7%, foram: “tipo de comportamento ou hábito de vida”; “forma de vestir”;

“idade”; “ter determinados valores morais, éticos ou estéticos”; “condição econômica ou classe social”; e “ser gordo ou magro”.

d.i) Estes motivos variam, conforme ingresso na instituição por políticas de ações afirmativas, posição socioeconômica e cor ou raça?

Tabela 4. Frequência relativa dos motivos atribuídos para as experiências discriminatórias, de acordo com características socioeconômicas, demográficas e de acesso à instituição. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

Motivações para discriminação	Ações afirmativas		Posição socioeconômica					Cor ou raça		
	Cotas	Seleção tradicional	1º quintil	2	3	4	5º quintil	Branca	Parda	Preta
Condição econômica ou classe social	34,2	17,8 ^c	28,0	30,0	22,3	13,3	10,4 ^c	18,8	34,1	38,7 ^c
Cor ou raça	21,7	6,0 ^c	14,4	11,9	6,9	7,2	4,3	1,9	27,2	82,2 ^c
Deficiência física	0,3	0,5	0,3	1,1	0,8	0	0	0,4	0	0
Doença	0,9	1,4	2,8	0	2,7	0,8	0	1,4	1,1	0
Forma de vestir	33,6	26,7	27,7	35,3	29,2	22,4	23,5	25,9	41,6	42,2 ^c
Idade	32,7	26,1	28,4	28,5	28,8	27,8	23,3	26,6	27,1	38,7
Local de moradia	8,8	4,2	7,0	7,0	6,4	3,3	1,3	4,6	9,4	11,1
Ser homem ou mulher	12,2	10,9	11,8	10,1	11,4	14,7	7,2	10,5	13,1	20,2
Orientação política	6,3	7,0	9,5	8,6	6,2	5,0	2,6	7,0	7,4	1,7
Orientação sexual	6,6	3,9	6,1	5,2	6,5	2,4	2,3	4,6	5,8	3,2
Religião ou culto	12,1	6,4	9,2	11,0	8,5	5,2	2,9	7,6	6,9	9,1
Ser gordo ou magro	21,6	16,9 ^c	20,6	20,3	22,7	13,0	11,5 ^c	18,9	14,8	12,3
Sotaque ou forma de falar	12,0	10,5	11,5	12,0	11,4	6,6	8,6	10,1	15,2	10,5
Tipo de comportamento ou hábito de vida	33,9	33,9	33,7	32,0	38,4	29,2	32,7	32,7	41,7	35,4
Usar óculos	4,2	4,2	2,5	5,5	7,0	3,3	2,8	4,2	3,9	3,1
Ter determinados valores morais, éticos ou estéticos	23,4	23,3	26,1	23,9	25,8	18,3	21,0	22,9	29,0	22,2
Aparência	0,3	3,7 ^c	3,6	1,4	4,7	2,5	2,2	3,1	2,7	1,5
Inexperiência	1,8	2,0	1,1	2,7	3,9	1,2	0,9	2,1	0	4,4
Outros motivos	2,9	3,6	4,9	2,6	4,4	1,8	3,8	3,4	2,9	6,8

^a Valor corrigido pelo delineamento e pelos pesos amostrais.

^b IC95% – intervalo de confiança de 95%.

^c Diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) entre, pelo menos, duas categorias das variáveis analisadas.

De acordo com a Tabela 4, os ingressantes pelo sistema de ações afirmativas relataram discriminação por “condição econômica ou classe social”, “cor ou raça” e “ser gordo ou magro” mais frequentemente do que os ingressantes pelo processo seletivo tradicional. Os respondentes do primeiro quintil de posição socioeconômica apontaram a “classe social” e “ser gordo ou magro” com mais frequência do que aqueles dos demais quintis. Autoclassificados pardos e pretos relataram mais frequentemente “condição econômica ou classe social”, “cor ou raça”, “forma de vestir”, “local de moradia”, “idade”, “ser homem ou mulher”, “religião ou culto”, “inexperiência” e “outros motivos” em comparação aos brancos e pardos. Os brancos relataram mais discriminação por “serem gordos ou magros” e “usar óculos” do que os pardos ou pretos.

d.ii) Há alguma relação entre os motivos apontados para as experiências discriminatórias?

A magnitude das correlações de Spearman (r) entre os motivos de discriminação variou entre zero e 0,5, sendo que valores iguais ou maiores do que 0,3, foram observados entre os seguintes pares de motivações:

- Classe social com modo de vestir ($r = 0,4$); idade ($r = 0,3$); local de moradia ($r = 0,4$); e tipo de comportamento ou hábito ($r = 0,3$).
- Modo de vestir com idade ($r = 0,5$); sotaque ou forma de falar ($r = 0,3$); tipo de comportamento ou hábito ($r = 0,5$); e ter determinados valores ($r = 0,5$).
- Idade com sexo ($r = 0,4$); tipo de comportamento ou hábito ($r = 0,4$) e ter determinados valores ($r = 0,3$).
- Religião ou culto com ter determinados valores ($r = 0,3$).

- Tipo de comportamento ou hábito com ter determinados valores ($r = 0,5$).

5. Discussão

A frequência de discriminação relatada pelos ingressantes da UFSC atingiu valor elevado (cerca de 60%), sendo relativamente menor do que o encontrado em estudo semelhante, conduzido com estudantes de graduação de uma instituição pública do município do Rio de Janeiro, o qual apontou frequência da ordem de 75%¹⁶. Outros estudos brasileiros estimaram frequências de discriminação expressivamente mais baixas; 34% em servidores técnico-administrativos de universidade pública da cidade do Rio de Janeiro, 16% em adolescentes de cidade do extremo Sul³¹ e 9% em adultos da região Metropolitana de Belo Horizonte³². A frequência de discriminação observada na UFSC foi igualmente maior do que o encontrado em outros estudos, inclusive com populações minoritárias dos Estados Unidos, nos quais as estimativas correspondentes se aproximaram de 30%^{21, 25}. O estudo de Kessler, Mickelson e Williams¹⁹, por exemplo, conduzido com amostra representativa da população estadunidense, apontou uma ocorrência de discriminação de 34%.

As diferenças entre os resultados podem ser atribuídas a diversos fatores. No caso da pesquisa de Gonçalves; Dumith *et al.*³¹, por exemplo, o perfil relativamente mais jovem dos entrevistados (adolescentes com média de onze anos de idade da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul), pode ter contribuído para a menor frequência relatada de discriminação. O modo como foi avaliada a discriminação nos estudos de Faerstein; Bastos *et al.*³⁰, Gonçalves; Dumith *et al.*³¹ e Macinko; Mullachery *et al.*³² também pode ter limitado sua comparabilidade com os resultados produzidos na UFSC. Faerstein *et al.*³⁰ avaliaram qualquer tipo de discriminação nos domínios do trabalho, moradia, contatos com a polícia, locais públicos e escola. Gonçalves; Dumith *et al.*³¹ utilizaram uma única pergunta sobre discriminação, restringiram-se a experiências ocorridas no último ano e aos tratamentos diferenciais motivados por cor ou raça, religião ou culto, pobreza ou riqueza e doença ou deficiência física. Por sua vez, Macinko; Mullachery *et al.*³² questionaram seus participantes acerca da ocorrência de qualquer tipo de discriminação nos serviços de saúde, no ambiente de trabalho, no âmbito familiar, em ocasiões sociais com amigos ou em espaços públicos e em outras situações que o respondente fosse capaz de se recordar.

De modo geral, a literatura especializada sugere que perguntas amplas sobre experiências discriminatórias, tal como a empregada por Gonçalves; Dumith *et al.*³¹, tendem a subestimar a frequência do evento de interesse³⁷. Isto, pois a vinculação das experiências discriminatórias com domínios ou situações específicas de vida promove, em termos cognitivos, melhor contextualização da pergunta e, conseqüentemente, a produção de respostas mais apuradas por parte dos entrevistados. Ademais, perguntas sobre tratamentos discriminatórios que excluem de sua redação os termos "racismo", "cor ou raça" ou a menção a categorias sociais específicas – como foi realizado no presente estudo – resultam em estimativas geralmente mais elevadas do fenômeno, conforme aventado^{14, 15} e constatado empiricamente em investigação prévia³⁸.

Outra possível explicação para as diferenças encontradas está na estratégia de abordagem dos entrevistados: boa parte das pesquisas internacionais e dois dos quatro trabalhos brasileiros citados conduziram entrevistas do tipo face-a-face – a abordagem de tema delicado e socialmente sensível por parte de um entrevistador pode implicar subestimação das experiências discriminatórias. Com efeito, potenciais influências do entrevistador sobre a produção de dados é uma preocupação recorrente em estudos sobre experiências de discriminação. Krieger; Smith *et al.*³⁹, por exemplo, optaram por um procedimento de produção de dados assistido por áudio e computador ao elaborarem questionário de discriminação racial, visando aumentar a chance de que informações sensíveis fossem obtidas. Enfim, a discussão acerca dos distintos métodos e seus efeitos sobre a avaliação de experiências discriminatórias é vasta³⁷, e um tratamento pormenorizado deste aspecto está fora do escopo do presente trabalho.

Para além da elevada frequência, cabe destacar a natureza das experiências discriminatórias reportadas pelos estudantes da UFSC, as quais foram, fundamentalmente, *explícitas*¹⁶. Diversos autores^{5, 6, 8-10}, ao compararem as características da discriminação brasileira com aquelas predominantes em outros países, especialmente nos Estados Unidos, sublinham sua eventual sutileza e seu caráter ocasionalmente tácito no Brasil. No entanto, diante dos resultados deste estudo, pode-se argumentar que a discriminação também ocorre em nosso país de modo explícito; os relatos de discriminação no ambiente de lojas, restaurantes e outros locais de prestação de serviços, a exclusão do convívio com colegas da escola ou da universidade e a

rotulação com termos pejorativos constituem formas explícitas de discriminação, as quais foram apontadas por mais de um terço dos participantes. Isto revela, de certa forma, como a discriminação tende a se manifestar em nossa sociedade, sendo observada inclusive no cotidiano de indivíduos que ocupam posição socioeconômica privilegiada (estudantes universitários), quando comparados com a população catarinense e a brasileira, de modo geral.

No que se refere à discriminação, conforme características socioeconômicas, demográficas e de acesso à instituição, observou-se que seu relato foi maior no quintil mais pobre, sendo que este diminuiu nos quintis superiores de posição socioeconômica, corroborando resultados de estudos prévios^{19, 30-32}. Os três cursos nos quais foram observadas as frequências mais altas de discriminação (História, Pedagogia, e Psicologia) têm um caráter de formação para uma postura crítica de seus profissionais; os participantes destes cursos podem estar mais atentos a problemas sociais do país, relatando mais frequentemente eventos compreendidos como injustos. Outro fator importante a considerar seria o menor “prestígio social” destes cursos, especialmente História e Pedagogia^{34, 40}. Esses estudantes podem ocupar posição socioeconômica inferior, o que, somado a outras características, implicaria um relato mais frequente de discriminação. Destaca-se, igualmente, a relação entre cor ou raça e discriminação – frequências elevadas foram observadas entre os participantes autotclassificados pretos e pardos. Estes resultados são consistentes com as altas frequências de discriminação nos estudos conduzidos com estas populações, tanto no Brasil³⁰⁻³² como nos Estados Unidos^{19, 25}.

Associado às experiências discriminatórias mais frequentemente relatadas, um alto grau de incômodo – outro aspecto abordado neste estudo – prevaleceu nas situações de contato com a polícia, em contextos de avaliação/seleção ao longo da trajetória escolar e laboral, no relacionamento com familiares de parceiros afetivo-sexuais e em serviços de saúde. Além de confirmar o que foi escrutinado por Sansone^{9, 10} no que se refere à maior probabilidade de discriminação nestas chamadas “áreas duras”, estes resultados acrescentam ao corpo de conhecimentos sobre o assunto, que as experiências vivenciadas nesses contextos ou situações são emocionalmente carregadas para suas vítimas. Ainda no que compete aos relacionamentos afetivo-sexuais, Telles⁴¹ e Marger⁴², que abordam a questão dos casamentos inter-raciais, argumentam que estes são mais frequentes no Brasil em relação aos Estados Unidos e à África do Sul, embora estejam sujeitos a maledicências e intrigas também em nossa sociedade. Nesse sentido, os resultados observados na UFSC reiteram e ampliam tal asserção, na medida em que o incômodo associado à discriminação por familiares de pares afetivo-sexuais não esteve restrito à questão da cor ou raça, mas a um amplo rol de motivações investigadas no presente estudo.

Ao observar a questão sob o prisma dos quatro itens que apresentaram as maiores frequências de discriminação, constatou-se que a escola ou a universidade se apresentaram como espaços onde o fenômeno é relatado mais frequentemente. Tal resultado deve, contudo, ser interpretado com cautela: tendo em vista o considerável período de tempo que os participantes deste estudo despenderam na escola ou na universidade ao longo de seus ciclos de vida, é razoável supor que suas experiências de discriminação tenham se desenvolvido, em sua maior parte, nestes contextos. Situação análoga tem sido observada em estudos com populações em idade laboral, as quais apontam o local de trabalho como um domínio de vida em que a discriminação é comumente percebida^{19, 25, 29, 32}. Por outro lado, a vinculação da discriminação com ambientes de ensino é preocupante, na medida em que estes se configuram como espaços de aprendizagem, socialização e formação. Além disso, a escola e a universidade têm em sua função social de promover valores humanos, solidariedade e tolerância e, conforme argumenta Chauí³³, trata-se de locais em que deveriam ser estimuladas a crítica, a reflexão e a transformação daquilo que é culturalmente instituído. Entretanto, a escola e a universidade parecem revelar o funcionamento da sociedade como um todo, reproduzindo em seus ambientes a discriminação explícita contra determinados grupos, particularmente os autotclassificados pretos.

Nessa direção, Cortina^{43, 44} afirma que a educação atual falha em sua missão de educar em valores, considerando particularmente os valores éticos como a justiça, a solidariedade, a liberdade, o respeito ativo e a disponibilidade para o diálogo. São valores universalizáveis e dão um forte contributo para a humanização das relações entre as pessoas e com o ambiente, e correspondem a uma herança que deve ser veiculada pelas instituições de ensino para manter uma posição ética em defesa da vida^{43, 45}. A formação universitária de novos profissionais, e novos professores, deveria fortalecer a reflexão e o posicionamento crítico contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização³³. Entretanto, os

resultados encontrados demonstram que não. A pluralidade cultural e o acesso de grupos minoritário às universidades decorrentes de Políticas de Ações Afirmativas não parecem ter despertado ainda valores como o respeito, igualdade e solidariedade, diante do desafio de criar novas formas de relações sociais e interpessoais. O preconceito velado e a discriminação ainda se manifestam com frequências elevadas em piadas, brincadeiras e rótulos, em um ambiente propício a pensar estratégias de inclusão e promover a pluralidade moral e cultural.

Especificamente, a discriminação que se manifesta através de brincadeiras ou piadas foi a mais relatada pelos participantes. Pesquisa qualitativa, conduzida no Rio de Janeiro com 43 estudantes universitários, indicou que as brincadeiras e as piadas são veículos comuns de discriminação; esta, atribuída de caráter jocoso, é geralmente aceita nos círculos de relações sociais, inclusive por suas vítimas e por aqueles que publicamente repudiam tratamentos discriminatórios⁴⁶. Mas, é justamente sua característica anedótica, que pode constituir um dos principais obstáculos à supressão nas interações sociais; não raro, a vítima que se volta contra esta forma de discriminação é rotulada como moralizadora e reguladora da liberdade alheia. Em perspectiva particular sobre uma oposição entre brancos e negros na sociedade brasileira, Carvalho⁴⁷ argumenta que a discriminação (racial) no Brasil representa um ato contra o qual suas vítimas não podem reagir, sob pena de serem rotuladas e punidas posteriormente. De certo modo, as piadas ou brincadeiras discriminatórias podem representar estratégias efetivas para estabelecer ou manter relações de poder, na medida em que neutralizam ações contrárias. Nas palavras de uma depoente do estudo de Bastos; Gonçalves *et al.*⁴⁶ "Se você falar brincando uma coisa, é assim... É a maneira mais sutil de você falar a verdade para uma pessoa sem magoar ela...".

Em seu turno, a discriminação perpetrada por parte dos membros da própria família do respondente também se apresenta como um resultado inquietante. Isto sinaliza que os contextos de socialização, educação e convívio familiar são também responsáveis pela construção ou manutenção de padrões de "normalidade" e "aceitabilidade", a partir dos quais seus integrantes são eventualmente julgados. Dessa forma, as famílias reproduzem estruturas do espaço social, bem como seus valores e padrões, contribuindo para a reafirmação de desigualdades e a perpetração de diferentes tipos de discriminação³¹. Entretanto, tal resultado também pode ser analisado por meio de perspectiva diversa: o contexto familiar pode ser particularmente importante para os jovens (comparados com outras faixas etárias), fazendo com que os mesmos identifiquem mais facilmente nele situações de tratamento discriminatório.

Provavelmente por frequentarem assiduamente ambientes de lojas, restaurantes e lanchonetes, parte expressiva dos estudantes da UFSC relatou sofrer discriminação nestes domínios. Cecchetto e Monteiro⁴⁸ já haviam mencionado os espaços públicos como locais de ocorrência de discriminação, especialmente a perpetrada contra jovens negros e pobres da cidade do Rio de Janeiro. Nesses locais, jovens com determinadas características são comumente percebidos como objeto de insegurança e medo, o qual muitas vezes se reflete em um tratamento indiferente e em um descaso por parte dos atendentes ou vendedores que os servem. A discrepância de tratamento oferecido aos clientes é frequentemente observada nestes espaços, estando mais relacionada aos indivíduos do sexo masculino, negros e que residem em determinados bairros dos grandes centros urbanos, especificamente aqueles vinculados com a ideia de pobreza e violência⁴⁸.

Ao observar a frequência de cada item de discriminação, conforme grupos específicos da amostra, cabe destacar o fato de esta ter sido maior para pretos e ingressantes através de ações afirmativas nos contatos com a polícia, reforçando achados de pesquisas prévias sobre abordagens policiais motivadas por cor ou raça no país. Historicamente, pretos e pardos têm sido considerados "suspeitos natos" pela polícia, além de serem agredidos e mortos com maior frequência do que a observada para brancos⁴¹. No Rio de Janeiro, por exemplo, há no senso comum policial e da população uma associação entre cor de pele mais escura e criminalidade ou ameaça, especialmente no que se refere a jovens do sexo masculino, que circulam em locais públicos⁴⁹. Tal associação parece atingir também os respondentes do presente estudo com características semelhantes.

Por sua vez, as motivações mais relatadas para as experiências discriminatórias por toda a amostra chamam atenção, principalmente por evidenciarem características não comumente estudadas na literatura afim. Em parte, a maior frequência das motivações "tipo de comportamento ou hábito de vida", "idade", "forma de vestir" e "ter determinados valores morais, éticos ou estéticos" sugere que estas também constituem aspectos importantes para as

formas de relacionamento estabelecidas por grupos de jovens universitários da sociedade brasileira. Tais motivações sublinham que os comportamentos discriminatórios não são pautados exclusivamente por características fenotípicas ou biológicas, sendo igualmente manifestos a partir de outros aspectos, como valores, estilo de vida etc.⁵.

Mas, para além destas questões, os motivos apontados para as experiências também podem indicar peculiaridades da discriminação em nosso contexto, se comparado, por exemplo, com os resultados dos trabalhos estadunidenses de Kessler, Mickelson e Williams¹⁹ e Tran, Lee e Burgess²⁵. Nestas pesquisas, as motivações mais relatadas foram cor, raça, etnia, país de origem e gênero. Apesar de o estudo de Tran, Lee e Burgess²⁵ ter incluído apenas imigrantes dos Estados Unidos, a maior frequência destas motivações pode sugerir pesos distintos para cada tipo de discriminação nos distintos contextos de pesquisa, corroborando a importância relativa da questão racial para a sociedade estadunidense^{41, 42}. Ademais, estes resultados também reforçam a necessidade de se investigar outros tipos de discriminação no Brasil e não apenas aqueles classicamente explorados do ponto de vista socioantropológico, como o de classe, raça e gênero.

No entanto, quando se observam as motivações, segundo grupos específicos da amostra, reemergem os tipos de discriminação que polarizam a atenção dos especialistas: mais de três quartos dos autoclassificados pretos atribuem suas experiências discriminatórias à cor ou raça e cerca de um terço e um quinto dos ingressantes por ações afirmativas relatam discriminação por condição econômica e cor ou raça, respectivamente. Ainda, mais de um quarto dos estudantes do quintil socioeconômico mais baixo apontam sua posição social como motivação importante para suas experiências discriminatórias. Por fim, o local de moradia foi uma motivação frequentemente relatada por ingressantes através de ações afirmativas e para os pretos. Isso sugere que a condição econômica, o local de moradia e a cor ou raça são fatores simultaneamente importantes nas relações sociais, demarcando hierarquias, direitos e privilégios⁴².

Trabalho realizado com universitários de instituições públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro demonstrou a importância das questões de classe e cor ou raça nos depoimentos dos entrevistados⁵⁰. De acordo com a perspectiva dos participantes, a classe social foi considerada um dos fatores mais importantes para a gênese das desigualdades sociais brasileiras, constituindo importante entrave no combate ao racismo⁵⁰. A questão do local de moradia, associada à posição socioeconômica e à cor ou raça, corrobora a relevância destes fatores para as experiências discriminatórias em contextos brasileiros diferentes daqueles previamente investigados, como foi o caso do município do Rio de Janeiro^{48, 49}.

Por fim, a correlação observada entre as motivações de discriminação investigadas nesta pesquisa apoia a hipótese de que a discriminação se apresenta de modo interseccional para suas vítimas^{11, 12}. Cecchetto e Monteiro⁴⁸ sugerem que as experiências de discriminação tendem a ser interpretadas de maneira complexa em diferentes interações sociais. As experiências discriminatórias relatadas por jovens entre 18 e 24 anos do município do Rio de Janeiro, por exemplo, foram frequentemente motivadas por cor, local de moradia e aparência (esta última incluindo o modo de vestir), a condição social e a presença de deficiência física. Nesses casos, as motivações apontadas não foram excludentes, observando-se que boa parte dos entrevistados descreveu a ocorrência de múltiplos tipos de discriminação, simultaneamente⁴⁸. Nos depoimentos produzidos em seu estudo, as autoras também destacam a recorrente associação entre a discriminação racial e a de classe, corroborando posicionamentos teóricos que advogam o caráter situacional da discriminação e a utilização de múltiplos critérios sociais no processo de diferenciação social⁴⁹. Embora os mesmos padrões de vinculação dos diferentes tipos de discriminação não tenham sido observados na UFSC, os resultados chamam atenção para a necessidade de investigar o tema da discriminação sob uma perspectiva mais ampla, isto é, aquela que considera suas combinações e seus impactos potencialmente maiores sobre as interações sociais.

6. Considerações Finais

O presente trabalho sugere que a discriminação é um evento frequente em meio aos relatos dos estudantes universitários, na UFSC. Além disso, que a discriminação apresenta características peculiares para os variados grupos sociais analisados. Porém, mais do que isso, que o conjunto dos participantes revela, ao responder perguntas sobre suas experiências discriminatórias, as próprias relações de poder prevaletentes em nosso país. Tais relações seriam exercidas em nome de uma diversa gama de motivos, acionados conjuntamente, em determinados contextos

(preferencialmente na escola, universidade, família, durante a procura por trabalho, no âmbito das relações afetivo-sexuais e nos contatos com a polícia) e provocando expressivo desconforto para suas vítimas.

Claramente, o relato de experiências discriminatórias está vinculado à identificação dos respondentes com determinados grupos da sociedade. Constitui parte essencial do processo de identificação com categorias sociais não hegemônicas (mulheres, pobres, negros, entre outras) o prévio reconhecimento por parte de seus integrantes de sua condição de discriminados. Desse modo, os resultados apresentados neste trabalho devem ser interpretados, levando-se em conta esta ressalva. De qualquer forma, espera-se, um dia, perguntar aos participantes das pesquisas sobre suas experiências discriminatórias e obter como respostas um sonoro “não”. Talvez, isto reflita o fato de estarmos vivendo em uma sociedade menos excludente e discriminadora do que a atual.

Na construção de práticas pedagógicas, a universidade precisa considerar os interesses da sociedade e sua relevância pública, socialmente outorgada, na produção de conhecimento, na produção científica e tecnológica, assim como na promoção da informação, da arte e da cultura. Novos projetos são, e continuarão sendo, um desafio para o delineamento de uma formação humanizada e cidadã, exigida pela sociedade contemporânea e norteada pelas diretrizes curriculares dos cursos de graduação⁵¹.

7. Referências Bibliográficas

1. Dovidio J, Hewstone M, Glick P, Esses V. Prejudice, stereotyping and discrimination: theoretical and empirical overview. In: DOVIDIO J, HEWSTONE M, GLICK P, ESSES V, editors. *The Sage handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. London: SAGE; 2010. p. 3-28.
2. Correll J, Judd C, Park B, Wittenbrink B. Measuring prejudice, stereotypes and discrimination. In: Dovidio JF, Hewstone M, Glick P, Esses VM, editors. *The Sage handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. London: SAGE; 2010. p. 45-62.
3. Duckitt J. Historical overview. In: DOVIDIO J, HEWSTONE M, GLICK P, ESSES V, editors. *The Sage handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. London: SAGE; 2010. p. 29-44.
4. Motta R. Paradigmas de interpretação da relações raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. 2000;22(38):113-33.
5. Azevêdo E. *Raça: conceito e preconceito*. São Paulo: Ática; 1987.
6. Barros JDA. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis: Vozes; 2009.
7. Fry P. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2005.
8. Hasenbalg CA. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal; 1979.
9. Sansone L. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Rio de Janeiro: EDUFBA Pallas; 2004.
10. Sansone L. As relações raciais em Casa-Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização. In: MAIO MC, SANTOS RV, editors. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 207-17.
11. Crenshaw KW. The intersection of race and gender. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: Crenshaw KW, Gotanda N, Peller G, Thomas K, editors. *Critical race theory: the key writings that formed the movement*. New York: New Press; 1995. p. 357-83.
12. Crenshaw KW. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*. 2002;10(1):171-88.
13. Pager D. Medir a discriminação. *Tempo Social*. 2006;18(2):65-88.
14. Bastos JL, Celeste RK, Faerstein E, Barros AJ. Racial discrimination and health: a systematic review of scales with a focus on their psychometric properties. *Social Science & Medicine*. 2010;70(7):1091-9.

15. Bastos JL, Celeste RK, Faerstein E, Barros AJ. Discriminação racial e saúde: uma revisão sistemática de escalas com foco em suas propriedades psicométricas. *Saúde & Transformação Social*. 2011;2(1):4-16.
16. Bastos JL, Faerstein E, Celeste RK, Barros AJ. Explicit discrimination and health: development and psychometric properties of an assessment instrument. *Revista de Saúde Pública*. 2012;46(2):269-78.
17. Brondolo E, Hausmann L, Jhalani J, Pencille M, Atencio-Bacayon J, Kumar A, et al. Dimensions of perceived racism and self-reported health: examination of racial/ethnic differences and potential mediators. *Annals of Behavioral Medicine*. 2011 Aug;42(1):14-28.
18. Dailey A, Kasl S, Holford T, Lewis T, Jones B. Neighborhood-and individual-level socioeconomic variation in perceptions of racial discrimination. *Ethnicity & Health*. 2010;15(2):145-63.
19. Kessler R, Michelson K, Williams D. The prevalence, distribution, and mental health correlates of perceived discrimination in the United States. *Journal of Health and Social Behavior*. 1999;40(3):208-30.
20. Pachter L, Bernstein B, Szalacha L, Garcia-Coll C. Perceived racism and discrimination in children and youths: an exploratory study. *Health & Social Work*. 2010 Feb;35(1):61-9.
21. Pérez DJ, Fortuna L, Alegría M. Prevalence and correlates of everyday discrimination among US Latinos. *Journal of Community Psychology*. 2008;36(4):421-33.
22. Ro A, Choi KH. Social status correlates of reporting gender discrimination and racial discrimination among racially diverse women. *Women Health*. 2009 Jan-Feb;49(1):1-15.
23. Seaton E, Caldwell C, Sellers R, Jackson J. The prevalence of perceived discrimination among African American and Caribbean Black youth. *Developmental Psychology*. 2008 Sep;44(5):1288-97.
24. Todorova I, Falcón L, Lincoln A, Price LL. Perceived discrimination, psychological distress and health. *Sociology of Health & Illness*. 2008;32(6):843-61.
25. Tran A, Lee R, Burgess D. Perceived discrimination and substance use in Hispanic/Latino, African-born Black, and Southeast Asian immigrants. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*. 2010 Apr;16(2):226-36.
26. Vines A, Baird D, Mcneilly M, Hertz-Picciotto I, Light K, Stevens J. Social correlates of the chronic stress of perceived racism among Black women. *Ethnicity & Disease*. 2006;16(1):101-7.
27. Paradies Y, Cunningham J. Experiences of racism among urban Indigenous Australians: Findings from the DRUID study. *Ethnic and Racial Studies*. 2009;32(3):548-73.
28. Lin D, Li X, Wang B, Hong Y, Fang X, Qin X, et al. Discrimination, perceived social inequity, and mental health among rural-to-urban migrants in China. *Community Mental Health Journal*. 2011;47(2):171-80.
29. Borrell C, Muntaner C, Gil-González D, Artazcoz L, Rodríguez-Sanz M, Rohlfs I, et al. Perceived discrimination and health by gender, social class, and country of birth in a Southern European country. *Preventive Medicine*. 2010;50(1-2):86-92.
30. Faerstein E, Bastos JL, Fonseca MdJM, Lopes CS, editors. Padrões de discriminação no Estudo Pró-Saúde: Quem? Onde? Por quê? VIII Congresso Brasileiro de Epidemiologia; 2011; São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva.
31. Gonçalves H, Dumith SC, González DA, Menezes AM, Araújo CL, Hallal PC, et al. Discriminação autorrelatada por adolescentes de uma coorte de nascimentos brasileira: prevalência e associações. *Revista Panamericana de Saúde Pública*. 2012 Mar;31(3):204-10.
32. Macinko J, Mullachery P, Proietti FA, Lima-Costa MF. Who experiences discrimination in Brazil? Evidence from a large metropolitan region. *International Journal for Equity in Health*. 2012;11(1):1-11.
33. Chauí M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. 2003;24:5-15.

34. Tragtenberg MHR, Bastos JLD, Nomura LH, Peres MA. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade? *Cadernos de Pesquisa*. 2006;36(128):473-95.
35. Comissão para ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial da UFSC. *Ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial na UFSC: considerações preliminares*. 2006.
36. Barros AJD, Víctora CG. Indicador econômico para o Brasil baseado no censo demográfico de 2000. *Revista de Saúde Pública*. 2005;39(4):523-9.
37. Bastos JL, Faerstein E. *Discriminação e saúde: perspectivas e métodos*. 1. ed ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012.
38. Shariff-Marco S, Breen N, Landrine H, Reeve B, Krieger N, Gee G, et al. Measuring everyday racial/ethnic discrimination in health surveys. *Du Bois Review*. 2011;8(1):159-77.
39. Krieger N, Smith K, Naishadham D, Hartman C, Barbeau E. Experiences of discrimination: validity and reliability of a self-report measure for population health research on racism and health. *Social Science & Medicine*. 2005 Oct;61(7):1576-96.
40. Setton MdGJ. A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 1999;80(196):451-71.
41. Telles EE. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2003.
42. Marger M. *Race and ethnic relations: American and global perspectives*. Belmont: Wadsworth; 2009.
43. Cortina A. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Edições Loyola; 2005
44. Cortina A. *O fazer ético: guia para a educação moral*: Moderna; 2003.
45. Cortina A. *El mundo de los valores: ética mínima y educación*. Santafé de Bogotá: Editorial el Buho; 1998.
46. Bastos JL, Gonçalves H, Faerstein E, Barros AJ. Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*. 2010 Feb;44(1):28-38.
47. Carvalho JJ. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial; 2005.
48. Cecchetto F, Monteiro S. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina. *Revista de Estudos Feministas*. 2006;14(1):199-218.
49. Monteiro S, Cecchetto F. Cor, gênero e classe: dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. *Cadernos Pagu*. 2009;32(39):301-29.
50. Machado EA, Barcelos LC. Relações raciais entre universitários no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-asiáticos*. 2001;23(2):1-36.
51. Massignam FM, Lima RdCGS, Ros MAD. Rompendo muros ou abrindo portas? A colaboração de um projeto de extensão para o "empoderamento" de conselhos locais de saúde. *Saúde & Transformação Social*. 2011;2(2):139-45.

Artigo Recebido: 07.20.2015

Aprovado para publicação: 11.26.2015

Luíza Maria da Rocha Zunino

Universidade Federela de Santa Catarina-SC

Rua Lauro Linhares, 689 bloco 3- Apto. 404- Trindade

CEP: 88036-001 Florianópolis, SC – Brasil

Email: luiza.zunino@gmail.com
